



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 07.282.377/0001-20

Resultados 2022

Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A | Resultados 2022
Presidente Prudente, 16 de março de 2023 – A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sul-Sudeste", "ESS" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T22) e do exercício de 2022. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.
 > A Administração da Companhia revisou a metodologia de cálculo na apuração do fornecimento não faturado de energia elétrica, que resultou na reapresentação das demonstrações financeiras de 2021, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa 3.3.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
 A Companhia atende:

856 mil clientes cativos	341 clientes livres	1,8 milhão de habitantes	32.405 Km ²	1.334 colaboradores ⁽¹⁾ 1.033 próprios e 301 terceirizados	82 municípios

⁽¹⁾ Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção. No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2022		2021		Acréscimo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
Subestações – nº	99,0		98,0		1,0
Capacidade instalada nas subestações – MVA	2.655,0		2.634,0		21,0
Linhas de transmissão – km	570,8		545,0		25,8
Redes de distribuição – km	33.675,5		33.540,0		135,5
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	50.815,0		50.298,0		517,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	1.914,4		1.884,8		29,6

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
2.1. Destaques
 Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Resultados – R\$ milhões					
	4T22 (reapresentado)		4T21 (reapresentado)		2021 (reapresentado)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Receita operacional bruta	801,8	-11,3	3.158,8	-	3.288,6	-3,9
Receita operacional bruta, sem receita de construção ⁽¹⁾	750,5	-13,9	2.966,4	-	3.176,5	-6,6
Receita operacional líquida	541,7	-11,1	2.031,2	-	2.201,7	-7,7
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	490,4	-15,0	1.838,7	-	2.089,6	-12,0
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	63,5	+15,3	252,5	-	248,8	+1,5
EBITDA	81,2	+13,6	322,8	-	314,0	+2,8
EBITDA ajustado recorrente ⁽²⁾	92,6	+13,6	314,6	-	298,0	+5,6
Resultado financeiro	(23,2)	(14,1)	(64,8)	-	(37,9)	+71,2
Lucro líquido	29,7	+21,1	130,5	-	142,5	-8,4
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽³⁾	37,3	+21,1	125,1	-	131,9	-5,1

Descrição	Indicadores operacionais			
	2022		2021	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Número de consumidores cativos (mil)	855,9	+2,0	855,9	+2,0
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁴⁾	787,5	-6,2	3.151,8	-
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁴⁾	1.129,3	-3,3	4.482,2	-

Descrição	Indicadores financeiros - R\$ milhões			
	2022		2021	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ativo total	2.748,9	-	2.894,6	-5,0
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	255,0	+10,4	231,0	+10,4
Patrimônio líquido	541,2	-1,5	549,5	-1,5
Endividamento líquido	910,8	+44,2	631,6	+44,2

3. RECEITA OPERACIONAL
 No 4T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta, excluindo a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 750,5 milhões, ante R\$ 871,4 milhões registrados no 4T21, redução de R\$ 120,8 milhões. A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou redução de 15,0% (R\$ 541,7 milhões) no trimestre, para R\$ 490,4 milhões.
 A receita operacional líquida do período está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 2,4 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T22, foi de R\$ 488,0 milhões, 14,9% (R\$ 85,3 milhões) menor do que o mesmo período de 2021. No acumulado do ano, o total foi de R\$ 1.830,6 milhões, redução de 11,9% (R\$ 246,6 milhões) em relação a 2021.
 A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22 (reapresentado)		4T21 (reapresentado)		2021 (reapresentado)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	557,8	-22,0	2.364,5	-	2.410,6	-1,9
Residencial	278,0	-22,7	1.184,4	-	1.218,0	-2,8
Industrial	43,1	-21,8	187,0	-	200,6	-6,7
Comercial	123,4	-21,6	519,3	-	513,2	+1,2
Rural	46,8	-23,0	196,3	-	206,3	-4,8
Outras classes	66,6	-19,5	277,4	-	272,7	+1,7
(+) Suprimento de energia elétrica	13,4	+36,7	55,5	-	57,9	-4,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	(8,5)	(21,7)	(61,1)	-	17,3	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	90,6	+11,8	339,2	-	314,6	+7,8
(+) Receita de construção de infraestrutura	51,3	+32,6	192,4	-	112,1	+71,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	47,8	+38,4	31,8	-	195,0	-83,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	29,7	+31,4	-5,2	-	118,5	-122,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,4	-35,6	8,2	-	12,5	-34,6
(+) Outras receitas	17,2	+13,4	28,9	-	60,4	-45,2
(=) Receita operacional bruta	801,8	-11,3	3.158,8	-	3.288,6	-3,9
(-) Impostos sobre vendas	158,4	-30,5	718,1	-	821,4	-12,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(3,1)	-	-	(11,1)	-
(-) Encargos setoriais	101,7	+46,4	409,6	-	276,6	+48,1
(=) Receita operacional líquida	541,7	-11,1	2.031,2	-	2.201,7	-7,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	51,3	+32,6	192,4	-	112,1	+71,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	490,4	-15,0	1.838,7	-	2.089,6	-12,0

No comparativo entre os trimestres, a redução da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:
 (i) Na rubrica Receita de energia, além da redução de mercado no comparativo entre os trimestres, a tarifa praticada no 4T21 estava com adicional da bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto em 2022 não havia adicional de bandeira;
 (ii) A conta de Fornecimento não faturado líquido está impactada, por efeitos não recorrentes líquidos, de R\$ 13,7 milhões no 4T22 e R\$ 27,0 milhões no 4T21. Estes valores referem-se aos ajustes do 1º, 2º e 3º trimestres de cada exercício. O total de ajuste de reapresentação do exercício de 2021 foi de R\$ 34,8 milhões conforme Nota Explicativa 3.3.
3.1. Mercado de energia
 No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizadas na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.129,3 GWh, redução de 3,3% em relação ao ano anterior.
 Em 2022, o consumo de energia elétrica no mercado cativo e livre (4.482,2 GWh) da Companhia apresentou queda de -0,8%, em relação ao ano anterior. O mercado da distribuidora recuou na maioria dos meses do ano (7 dos 12) impactado pelas classes rural e residencial, que direcionou 80% da queda e do desvio devido a combinação de maior utilização de geração distribuída e clima mais ameno, na classe rural pesou ainda efeito da Resolução 901. Por outro lado, a classe industrial registrou incremento de 3,3%, avançando acima da média pelo segundo ano seguido, puxada pelos setores alimentícios, papel e produção de peças de veículos. O Poder Público (+15,9%) se destacou em meio retomada de atividades, em especial instituições de ensino. Na mesma linha, a classe Comercial cresceu 1,2%, com destaque para a distribuição de alimentos, serviços de logística, shoppings e grandes varejistas.

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	4T22		4T21		2022	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Residencial	385,7	-3,7	1.523,3	-	1.566,0	-2,7
Industrial	344,9	+0,4	1.370,5	-	1.327,3	+3,3
✓ Cativo Industrial	55,9	-11,6	238,0	-	263,7	-9,7
✓ Livre Industrial	289,0	+3,1	1.132,5	-	1.063,6	+6,5
Comercial	202,8	-5,7	802,8	-	793,2	+1,2
✓ Cativo Comercial	157,7	-8,9	633,6	-	650,3	-2,6
✓ Livre Comercial	45,1	+7,7	169,2	-	142,8	+18,5
Rural	76,9	-12,5	315,0	-	359,4	-12,4
Outros	118,8	-1,6	470,5	-	473,4	-0,6
1 Vendas de energia no mercado cativo	787,5	-6,2	3.151,8	-	3.289,1	-4,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	341,8	+4,1	1.330,4	-	1.230,2	+8,1
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.129,3	-3,3	4.482,2	-	4.519,3	-0,8
4 Fornecimento não faturado	6,5	-13,1	-6,0	-	-11,8	-49,3
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	1.135,8	-3,4	4.476,2	-	4.507,5	-0,7

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.
 A Companhia encerrou o ano com 855.855 unidades consumidoras cativas, número 2,0% superior ao registrado no fim do 4T21 e com 341 consumidores livres. Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – clique no link
3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")
 A Companhia encerrou o trimestre com indicador de perdas totais apresentando uma redução de 0,41 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia segue abaixo do referencial regulatório.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Perdas Técnicas (%)	dez/22			dez/21			set/22			set/21			ANEEL
	dez/22	set/22	dez/21	dez/21	set/21	dez/22	dez/21	set/22	dez/21	set/21	dez/22		
	5,97	5,66	5,61	0,07	-0,29	0,03	6,05	5,37	5,64	6,82			

Perdas Técnicas (GWh)	dez/22			dez/21			set/22			set/21			Var. (%)
	dez/22	set/22	dez/21	dez/21	set/21	dez/22	dez/21	set/22	dez/21	set/21	dez/22		
	300,2	286,8	284,0	3,7	-14,9	1,7	303,8	271,9	285,5	285,5	+5,0		

⁽¹⁾Variação dez/22 vs set/22. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3.3. Gestão da inadimplência
3.3.1. Taxa de inadimplência
 A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p.p.
ESS	0,21	(0,01)	-

3.3.2. Taxa de arrecadação
 A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/22	dez/21	Variação em p.p.
ESS	99,08	98,86	+0,22

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC
 A Companhia obteve incremento de 0,61 horas no DEC e de 0,16 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/22	dez/21	Var. (%)	dez/22	dez/21	Var. (%)		
ESS	5,66	5,05	+12,1	3,41	3,25	+4,9	7,17	6,52

3.5. Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação
 A ANEEL autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T22	4T21 (reapresentado)	Var. %	2022	2021 (reapresentado)	Var. %
ESS	29,7	31,4	-5,2	118,5	122,4	-3,2

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
 Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 426,9 milhões no 4T22, redução de 18,2% (R\$ 95,0 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.
 A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T22 (reapresentado)		4T21 (reapresentado)		2021 (reapresentado)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	340,6	-20,4	1.272,2	-	1.546,7	-17,8
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	248,5	-30,7	946,8	-	1.249,4	-24,2
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	92,1	+32,0	325,3	-	297,3	+9,4
2 Custos e despesas controláveis	68,2	-10,7	240,3	-	230,7	+4,2
2.1 PMSO	69,2	-14,1	228,3	-	235,3	-3,0
2.1.1 Pessoal e administradores	33,9	-0,1	96,5	-	97,1	-0,6
2.1.2 Benefício pós-emprego	1,1	-88,7	3,5	-	12,4	-71,4
2.1.3 Material	4,9	-9,6	19,8	-	16,9	+17,1
2.1.4 Serviços de terceiros	25,2	-11,6	96,1	-	96,6	-0,6
2.1.5 Outras	4,2	+32,5	12,3	-	12,2	+1,2
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	-32,8	0,3	-	0,5	-33,3
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	0,7	-	-	3,9	-
✓ Outros	4,1	+75,3	12,0	-	7,8	+54,0
2.2 Provisões/Reversões	(1,0)	(4,2)	(76,0)	-	(4,5)	-
2.2.1 Contingências	0,7	(1,8)	6,5	-	(4,3)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(1,7)	(2,4)	(27,7)	-	(0,3)	-
3 Demais receitas/despesas	18,0	+4,1	73,8	-	63,4	+16,4
3.1 Amortização e depreciação	17,6	+8,1	70,3	-	65,2	+7,8
3.2 Outras receitas/despesas	0,4	-60,6	3,4	-	(1,8)	-
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, s/ custo de construção de infraestrutura)	426,9	-18,2	1.586,2	-	1.840,8	-13,8
Custo de construção de infraestrutura ⁽¹⁾	51,3	+57,6	192,4	-	112,1	+71,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	478,2	-13,8	1.778,7	-	1.953	

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

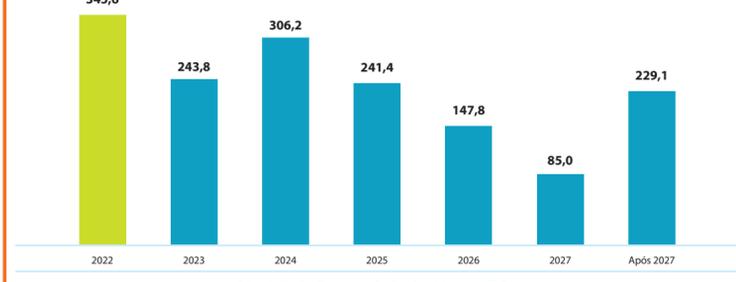
6.1. Caixa e endividamento
A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais em 2022, totalizou R\$ 345,6 milhões em dezembro, frente aos R\$ 404,8 milhões registrados em setembro. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram juntos saldos positivos de R\$ 90,6 milhões em dezembro, contra R\$ 69,1 milhões em setembro de 2022. Em 2022, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 910,8 milhões em dezembro, contra R\$ 885,5 milhões em setembro. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2022	30/06/2022
Circulante	261,3	343,5	330,4
Empréstimos e financiamentos	171,1	226,7	248,7
Debêntures	42,9	84,8	55,0
Encargos de dívidas	29,7	20,5	10,9
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	8,5	13,1	18,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	9,0	(1,6)	(2,4)
Não Circulante	995,0	946,8	704,8
Empréstimos e financiamentos	566,5	503,1	365,6
Debêntures	443,0	440,6	352,7
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	24,7	33,6	31,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(39,2)	(30,5)	(45,2)
Total das dívidas	1.256,4	1.290,3	1.035,2
(-) Disponibilidades financeiras	255,0	335,7	63,6
✓ Caixa e equivalentes de caixa	49,9	17,4	61,7
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	205,1	318,4	1,9
Total das dívidas líquidas	1.001,3	954,5	971,6
(-) Créditos CDE	11,6	13,1	12,4
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	79,0	56,0	112,9
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	910,8	885,5	846,3

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

6.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



Legenda: Caixa | Aplicações Financeiras | Créditos Setoriais | Dívidas

7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Ativo Elétrico	40,2	37,7	+ 6,6	202,1	118,9	+ 69,9
Obrigações Especiais ⁽¹⁾	7,0	3,4	+ 105,1	29,2	22,1	+ 32,0
Ativo não Elétrico	5,2	(1,5)	-	15,9	5,3	+ 203,7
Total dos Investimentos	52,4	39,6	+ 32,4	247,3	146,3	+ 69,0

⁽¹⁾ As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais com base no balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$13.091.201,87. Os dividendos serão pagos a partir de 29 de março de 2023.

9. GESTÃO DE PESSOAS

A Energia Sul Sudeste contabilizava um total de 1.334 colaboradores, sendo 1.033 empregados diretos e 301 parceiros contratados de terceiros. A empresa busca a evolução constante do ambiente de trabalho oferecido a seus colaboradores que são foco constante de ações para capacitação, análise de desempenho e valorização. Em 2022, o processo de avaliação de desempenho passou a se chamar Ciclo de Carreira e Desenvolvimento, com um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador. A empresa investe no desenvolvimento profissional das equipes de campo a fim de promover a liderança. Em 2022, foram promovidas a média de 49 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 15 horas em áreas administrativas e 27 horas em cargos gerenciais. Estes líderes participaram de um processo de formação e aprimoramento com foco nos comportamentos alinhados aos valores Energia.

Através da ferramenta Pulser, desde 2021 são realizados levantamentos quinzenais que orientam o desenvolvimento das ações de atração e retenção, como políticas de remuneração, planejamento de carreira e benefícios. Buscando assim a garantia de um ambiente de trabalho saudável para toda a empresa, que garantiu a 5ª colocação como melhor empresa para trabalhar em São Paulo/interior, de acordo com o ranking GPTW (Great Place to Work).

10. SAÚDE E SEGURANÇA

É diante do Valor VIDA, a Energia Sul Sudeste reafirma o seu compromisso com a prevenção e promoção à saúde integral dos seus colaboradores e dependentes, através de adoção de melhores práticas e ações diversas. Entre os destaques, está o Programa Viva Energia, que conta com o modelo de três pilares de atuação: Saúde Ocupacional, Saúde Assistencial e Qualidade de Vida. E, por meio dele, o cronograma de ações é realizado segundo o plano da Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo principal é diagnosticar e tratar agilmente as questões que afetam a saúde dos seus colaboradores. Os programas que fazem parte do guarda-chuva do Viva Energia são: programas de gestão de pacientes com doenças crônicas, para transformos emocionais, campanha de vacinação de gripe, entre outros. A Energia conta, também, com uma Política de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) que abrange todos os níveis do Grupo e é a principal referência da gestão desse tema. O respeito às suas diretrizes visa garantir a conformidade com todos os requisitos legais de SSO e a construção e disseminação de iniciativas eficazes de proteção à saúde, prevenção de acidentes e procedimentos para casos de emergências. A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 9,75 (1,52 em 2021) e a taxa de gravidade passou de 4.753,74, em 2021, para 4,3. Em 2022 não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energia Sul Sudeste. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua. Em 2022, a Energia Sul Sudeste destinou cerca de R\$ 12,7 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R\$ 4,6 milhões. Importante destacar o patrocínio a OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, que permitiu levar, gratuitamente, para diferentes cidades do interior do estado de São Paulo, como, por exemplo, Bragança Paulista, a qualidade e a experiência de um concerto da OSESP, contribuindo com o acesso e circulação da cultura e música de qualidade.

11.1. Eficiência Energética

A Companhia investiu R\$ 11,9 milhões em 2022 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 5.336 unidades consumidoras e permitiram economizar 3.600 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 1,5 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh. O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de padrões de entrada de energia obsoletos e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. No ano de 2022, foram substituídos 1.100 padrões de entrada de energia obsoletos e 3.684 lâmpadas ineficientes trocadas por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Foi inaugurado o Espaço Energia, que é um projeto educacional realizado com o principal objetivo de disseminar à comunidade os conceitos básicos do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Capacitando Educadores, Alunos e Público Espontâneo sobre os temas, através de uma forma lúdica, em um espaço construído na Fazenda Serinha, localizada no município Bragança Paulista - SP. Foram atendidos mais de 25 mil alunos na gestão do projeto do ano de 2022.

Foram executados projetos de eficiência energética na iluminação pública dos municípios de Ibirarema, Tupã, Presidente Epitácio, Pedrinhas Paulista, Paraguaçu Paulista, Mendonça, Iacri, Catanduva, Álvares Machado e Adamantina. No total, houve a substituição de 2.189 luminárias antigas por luminárias com tecnologia LED, com uma economia estimada de 1.870 MWh/ano, equivalente ao consumo mensal de 779 residências com consumo médio de 200 kWh/mês.

Outros investimentos significativos foram realizados em Unidades de Saúde e Entidades Filantrópicas da região, como no Lar dos Velhos de Tupã, APAE de Tupã e Santa Casa de Tupã e de Novo Horizonte, proporcionando uma economia de 359,71 MWh/ano. Órgãos Públicos também foram beneficiados com o Programa de Eficiência Energética (PEE), como a UNESP de Assis, o Comando de Policiamento do Interior de Presidente Prudente, quatro escolas de Guarapuava, a Superintendência da Polícia Técnico Científica de Tupã, o Instituto Federal de Bragança Paulista e de Tupã e o Paço Municipal de Presidente Venceslau, Catanduva, Tupã e Adamantina, proporcionando uma economia estimada de 1.270,63 MWh/ano para esses municípios.

11.2. Projetos socioculturais

A Energia Sul-Sudeste busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória da sua concessão, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis. Nesse sentido, em 2022, a Companhia destinou, através das Leis de Incentivo à Cultura, mais de R\$ 4,6 milhões para 8 iniciativas culturais. Importante destacar o patrocínio a OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, que permitiu levar, gratuitamente, para diferentes cidades do interior do estado de São Paulo, como, por exemplo, Bragança Paulista, a qualidade e a experiência de um concerto da OSESP contribuindo com o acesso e circulação da cultura e música de qualidade. O Projeto Nossa Energia tem como objetivo promover o uso eficiente de energia elétrica nas comunidades de baixo poder aquisitivo beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Por meio da substituição de lâmpadas obsoletas por lâmpadas de LED mais eficientes o projeto substituiu, em 2022, 3.684 unidades. Na parte de conscientização, com foco em alunos de escolas públicas e particulares, a Unidade Móvel Eficiente (UMEs) – o Caminhão Nossa Energia, visitou 19 municípios e promoveu palestras e ações educacionais para o consumo consciente de energia e o combate ao desperdício, alcançando 4.389 alunos. Além disso, realizou 876 cadastros de clientes na TSEE.

Também foram investidos mais de R\$ 7,0 milhões na redução do consumo de energia por meio de projetos de Eficiência Energética aprovados em Chamada Pública. Os projetos foram realizados na iluminação pública de dez municípios, além de hospitais, escolas e instituições educacionais.

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energia Sul-Sudeste assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com o uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001. A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Instalação de sensores de presença e temporizador de energia para lâmpadas e refletores e troca de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED. Em determinados prédios (subestações e polos) da Energia Sul-Sudeste, houve alternância de lâmpadas ligadas no período noturno.

Emissões: A Energia Sul-Sudeste faz inventário de emissões de gases efeito estufa de acordo com a metodologia do GHG Protocol. O inventário referente ao ano de 2020 foi reconhecido com selo Bronze pelo Programa Brasileiro GHG Protocol. Todas as intervenções em vegetação nativa necessárias para a execução de obras ou manutenção da faixa de servidão das redes e linhas de distribuição somente são realizadas após a obtenção da autorização de órgão ambiental competente. Com a compensação ecológica, a cada árvore autorizada para corte, são plantadas 15 mudas que são monitoradas pelo período de 36 meses. O carbono que deixa de ser resgatado pelas árvores cortadas, em pouco tempo será compensado pelo resgate realizado pela área reflorestada, resultando em saldo positivo de emissões.

Mudanças climáticas: A Energia Sul-Sudeste mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático responsável pela informação sobre descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Em 2022 o custo para manutenção do projeto foi de R\$ 11 mil.

Biodiversidade: Todo novo projeto da Energia Sul-Sudeste somente é aprovado após análise das equipes de construção, manutenção e meio ambiente quanto a interferências ambientais previstas. Quando não há possibilidade de desviar de fragmentos de vegetação arbórea nativa, são previstas torres alteadas para que o impacto seja o menor possível. Para tais situações está previsto também o lançamento dos cabos com a utilização de drone, sem a necessidade abrir caminhos pelas matas. Nas podas urbanas são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em projetos sociais e acadêmicos.

Resíduos: A gestão dos resíduos sólidos gerados nas atividades da Energia Sul-Sudeste tem sido uma grande preocupação e se tornou um desafio a ser conduzido com a implantação de novas práticas e metodologias. Há coleta seletiva, constantes reuniões e treinamentos relacionados ao tema e ações de sensibilização para o público interno e externo. Uma das práticas já consolidada é a coleta seletiva, que possibilita a destinação correta dos resíduos para reciclagem ou reutilização, diminuindo os volumes destinados a aterros sanitários. Resíduos como papéis, papelões, metais, vidros, postes, resíduos tecnológicos, dentre outros, são destinados para reciclagem ou reutilização. As sucatas de transformadores, por exemplo, seguem o processo de logística reversa. Já as pilhas, baterias, tonners, materiais contaminados com produtos químicos (óleo, tinta, thinner), Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), solo e brita contaminados com óleo são coletados, transportados e destinados por empresa devidamente licenciada e autorizada, para coprocessamento.

Água e efluentes: Em vários pontos da empresa foram implantados coletores de água proveniente dos aparelhos de ar-condicionado para uso na limpeza do pátio e áreas internas. Isso resulta na redução do consumo de água e melhor aproveitamento do recurso natural. Como o projeto foi implantado recentemente, ainda não há dados mapeados. Outras iniciativas de economia incluem torneiras com válvula temporizadora com fechamento automático e válvulas de descarga com temporizador.

Convênio com Associação Protetora dos Animais Silvestres: A empresa apoia com uma contribuição mensal essa associação que tem em sua estrutura três centros que abrigam espécies silvestres: Centro de Reabilitação (tratamento e reabilitação de animais feridos); Centro de Triagem (onde os animais são avaliados quanto às necessidades de tratamento e possibilidades futuras de reintegração à natureza) e um Mantenedor da Fauna Silvestre, que abriga animais sem possibilidade de sobrevivência em seu habitat natural.

12. SERVIÇOS PRESTADOS PELA AUDITOR INDEPENDENTE

A remuneração total dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2022 foi de R\$ 493 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que de maneira, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

13.1. Bandeira tarifária

A ANEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2023, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

13.2. Benefícios pós-emprego Retirada de patrocínio de planos de previdências

Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à Fundação Energia de Previdência - EnergiaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, em face ao reduzido número de participantes remanescentes no plano A decisão pela retirada de patrocínio deve-se ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migração concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

13.3 Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

13.4 Emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia efetuou a 9ª emissão de debêntures em moeda corrente no montante de R\$150.000 em série única, com vencimento em 15 de fevereiro de 2026 e remuneração de CDI mais 1,50% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 06 de março de 2023 e foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Companhia.

13.5 Aprovação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2023, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2022, no montante de R\$13.091, equivalentes a R\$134.805192664121 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 17 de março de 2023, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2023.

A Administração.

Balanco Social Anual – 2022

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2022		2021 (reapresentado)			
Receita líquida (RL)		2.031.157		2.201.743			
Resultado operacional (RO)		187.632		210.897			
Folha de pagamento bruta (FPB)		89.774		87.770			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		14.140	15,75%	0,70%	13.172	15,01%	0,60%
Encargos sociais compulsórios		11.491	12,80%	0,57%	19.946	22,73%	0,91%
Previdência privada		3.530	3,93%	0,17%	12.364	14,09%	0,56%
Saúde		8.812	9,82%	0,43%	8.128	9,26%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho		4.253	4,74%	0,21%	2.850	3,25%	0,13%
Educação		86	0,10%	0,00%	120	0,14%	0,01%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		858	0,96%	0,04%	1.209	1,38%	0,05%
Creches ou auxilio-creche		91	0,10%	0,00%	50	0,06%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		11.489	12,80%	0,57%	8.782	10,01%	0,40%
Outros		1.553	1,73%	0,08%	1.262	1,44%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos		56.303	62,73%	2,77%	67.883	77,37%	3,09%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação		156	0,08%	0,01%	219	0,10%	0,01%
Cultura		450	0,24%	0,02%	809	0,38%	0,04%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		53	0,03%	0,00%	29	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		131	0,07%	0,01%	323	0,15%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade		790	0,42%	0,04%	1.380	0,64%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)		665.718	354,80%	32,78%	741.463	351,58%	33,68%
Total - Indicadores sociais externos		666.508	355,22%	32,82%	742.843	352,22%	33,74%
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		19.625	10,46%	0,97%	23	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		11.900	6,34%	0,59%	12.912	6,12%	0,59%
Total dos investimentos em meio ambiente		31.525	16,80%	1,56%	12.935	6,13%	0,59%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022		2021			
Nº de empregados(as) ao final do período		1.033		1.014			
Nº de admissões durante o período		151		154			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		301		261			
Nº de estagiários(as)		20		19			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		175		159			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022		2021			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		159		151			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14,29%		10,34%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		251		220			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		10,70%		6,90%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		39		39			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022		Metas 2023			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		88,58		88,58			
Número total de acidentes de trabalho		0		1			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		(X) direção e gerências () todos(as) empregados(as) + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT		() não se envolverá (X) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT			
A previdência privada contempla:		(X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		(X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(X) direção (X) direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)					



Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	49.865	131.528	69.229
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	205.146	99.474	246.670
Consumidores e concessionárias	6	300.837	359.804	320.554
Títulos de crédito a receber		2.349	1.249	1.249
Estoque		7.206	7.402	8.745
Tributos a recuperar	7	166.400	123.995	77.365
Ativos financeiros setoriais	9	21.671	127.186	44.227
Instrumentos financeiros derivativos	32	25.517	94.347	42.852
Outros créditos	10	22.157	98.870	61.249
Total do circulante		851.148	1.044.955	873.440
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Consumidores e concessionárias	6	63.195	54.517	42.850
Tributos a recuperar	7	358.030	413.383	79.519
Créditos tributários	12	41.339	27.209	64.259
Depósitos judiciais	22	92.506	81.572	67.144
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	165.812	136.028	101.425
Ativos financeiros setoriais	9	80.811	109.062	38.690
Instrumentos financeiros derivativos	32	43.931	97.567	169.756
Outros créditos	10	25.025	23.322	23.317
Total não circulante		870.649	942.660	586.950
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	14	72.029	19.512	17.116
Investimentos		617	492	492
Imobilizado	15	21.323	18.372	15.347
Intangível	16	933.101	868.605	844.636
Total do não circulante		1.897.719	1.849.641	1.464.541
Total do ativo		2.748.867	2.894.596	2.337.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Recarga operacional líquida	26	2.031.157	2.201.743
Custo do serviço de energia elétrica	27	(1.272.160)	(1.546.738)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(386.604)	(300.499)
Lucro bruto		372.393	354.506
Despesas gerais e administrativas	28	(116.465)	(107.571)
Outras receitas	28	2.709	8.731
Outras despesas	28	(6.155)	(6.886)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		252.482	248.780
Recarga financeira	29	123.071	139.599
Despesas financeiras	29	(187.921)	(177.482)
Despesas financeiras líquidas		(64.850)	(37.883)
Resultados antes dos tributos sobre o lucro		187.632	210.897
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(94.704)	(44.203)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	37.615	(24.233)
Lucro líquido do exercício		130.543	142.461
Lucro líquido básico e diluição ação ordinária - RS		1.345.800	1.468.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 janeiro de 2021 - (reapresentado)		534.717	662	20.748	88.586	(21.755)	(43.050)	579.900
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	(88.586)	-	-	(88.586)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	358	-	-	-	-	358
Lucro líquido do exercício - (reapresentado)		-	-	-	-	142.461	-	142.461
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal	25.3	-	-	8.281	(8.281)	-	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	(109.569)	-	-	(109.569)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	4.773	(4.773)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.5	-	-	-	-	37.697	-	37.697
Gainho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	(12.817)	-	(12.817)
Saldos em 31 dezembro de 2021 - (reapresentado)		534.717	1.020	29.029	4.773	(44.917)	(18.170)	549.452
Transferência de Reservas	25.4	-	-	(29.029)	-	29.029	-	-
Pagamento dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	-	(4.773)	-	-	(4.773)
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	342	-	-	-	-	342
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	130.543	-	130.543
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício: Reserva legal	25.3	-	-	5.733	-	(5.733)	-	-
Dividendos	25.4	-	-	-	(95.832)	-	-	(95.832)
Dividendos adicionais propostos	25.4	-	-	13.090	(13.090)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	25.5	-	-	-	-	7.194	-	7.194
Gainho e perda atuarial - benefícios pós emprego	25.5	-	-	-	-	(2.710)	-	(2.710)
Saldos em 31 dezembro de 2022		534.717	1.362	5.733	13.090	(13.686)	541.216	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energia Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "ESES") é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária de distribuição de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A ("REDE"), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no estado do Paraná, atendendo a 856.188 consumidores. 1.1. **Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios: I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; II - Eficiência em relação à gestão econômico-financeira; III - Racionalidade operacional e econômica; e IV - Morosidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventuality de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. As obrigações a serem consideradas são bens vinculados a queles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são: I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas, a conservação dos bens e das instalações e fornecer energia elétrica a concessionários localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar as instalações de forma a assegurar a regularidade, continuidade, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculadas à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV - Atender todas as obrigações de natureza cível, trabalhista, previdenciária e regulatória, incluindo prestando contas aos consumidores; V - Implementar medidas que objetivem o combate à base de mensuração; As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas notas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração também se conforma com as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023. 2.2. **Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas notas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32. 2.3. **Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível; VII. Nota explicativa nº 22 - Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórias; VIII. Nota explicativa nº 27 - Custo e despesas operacionais; IX. Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. **Principais políticas contábeis:** a. **Caixa e equivalentes de caixa** - são equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge:** **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. As aquisições ou alienações de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometa a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quan-

do os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresentado à venda ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9

	Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos (ii) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (iii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iv) o risco ou a afetação o desempenho do modelo de negócios; e (v) o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e que amatem como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos e investimentos reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) o risco ou a afetação o desempenho do modelo de negócios; e (v) o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e que amatem como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos e investimentos reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Geração do valor adicionado:			
Receitas		3.158.868	3.309.542
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26	2.966.416	3.187.584
Outras receitas		2.709	8.731
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	195.287	112.943
Provisão reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	27	(5.544)	284
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		1.396.275	1.700.837
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		118.499	114.896
Outros		209.882	209.884
Total		1.726.656	1.936.807
Valor adicionado bruto		1.434.212	1.372.735
Depreciação e Amortização	27	70.323	65.236
Valor adicionado líquido		1.363.889	1.307.499
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	129.073	146.407
Valor adicionado total a distribuir		1.492.962	1.453.906
Distribuição do valor adicionado:			
Passal		83.890	94.562
Remuneração direta		53.747	67.538
Benefícios		24.811	22.028
FGTS		5.332	4.996
Impostos, taxas e contribuições		1.086.824	1.037.868
Federais		197.003	197.003
Estaduais		496.160	564.114
Municipais		315	292
Contribuições Intra-setoriais		499.613	276.559
Remuneração de capitais de terceiros		191.707	178.915
Juros	29	190.780	178.301
Aluguéis		927	614
REMANEJAMENTO DE CAPITAL PRÓPRIOS		130.543	142.461
Reserva legal	25.3	5.373	8.281
Dividendos	25.4	108.922	157.342
Realização de reservas		15.888	-
(Prejuízos) acumulados		1.492.962	1.453.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2022 (reapresentado)	2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	3		



A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Resultado financeiro				Valores em		Valores em			
	2021	Receita Operacional Adição	Amortização	Remuneração	Transfêrência	2022	Amortização	Constituição	Circulante	Não circulante
Itens da Parcela A										
Energia elétrica comprada para revenda	50.260	(58.201)	(13.705)	9.040	22.161	9.555	-	9.555	4.495	5.060
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	2.197	11.809	(2.075)	449	(12.380)	-	-	-	-	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS (2)	114.319	(118.460)	(6.447)	2.792	2.591	(5.205)	-	(5.205)	(2.448)	(2.757)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	4.135	2.863	(1.192)	276	(42.589)	2.344	-	2.344	1.121	1.241
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	2.691	38.576	2.906	1.084	(11.029)	34.228	-	34.228	16.102	18.126
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.549	61.488	(7.128)	1.589	(62.026)	1.472	-	1.472	692	780
Bandeira Tarifárias CCBRT (3)	-	(13)	-	-	(13)	-	-	(13)	(13)	-
Componentes Financeiros										
Neutralidade da Parcela A (4)	12.860	(5.023)	(4.237)	2	1.217	4.840	-	4.840	2.277	2.563
Sobrecontratação de energia (4)	27.798	77.263	(4.624)	3.752	(2.231)	101.958	-	101.958	47.964	53.994
Exposição de submercados	8.475	(74)	(7.081)	51	(1.412)	(41)	-	(41)	(19)	(22)
CUSD	2.129	247	(2.011)	(3)	(362)	-	-	-	-	-
Garantias financeiras (5)	1.333	1.247	(576)	-	-	784	-	784	36	4
Saldo a compensar (6)	2.315	930	682	43	(8.591)	1.794	-	1.794	1.966	2.213
Outros itens financeiros (6)	266	(188.606)	14.278	105	122.338	(51.619)	-	(51.619)	(50.817)	(802)
Total ativo	236.248	(166.133)	(31.210)	19.269	44.308	102.482	-	102.482	21.671	80.811

Passivos Financeiros Setoriais	Resultado financeiro				Valores em		Valores em			
	2021	Receita Operacional Adição	Amortização	Remuneração	Transfêrência	2022	Amortização	Constituição	Circulante	Não circulante
Itens da Parcela A										
Transporte de Energia Elétrica – Rede Básica	3.077	-	-	-	(11.029)	(4.301)	-	-	(4.301)	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.824	-	-	-	(62.026)	(27.951)	-	-	(27.951)	-
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	22.161	11.457	-	-	11.457	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	-	-	-	-	(12.380)	(6.491)	-	-	(6.491)	-
CUSD	4	-	-	-	(362)	(127)	-	-	(127)	-
Encargo de Serviços de Sistema - ESS (2)	-	-	-	-	2.591	1.572	-	-	1.572	-
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	-	-	-	-	(4.659)	(2.430)	-	-	(2.430)	-
Componentes Financeiros										
Saldo a compensar	723	-	-	-	(8.591)	(4.188)	-	-	(4.188)	-
Garantias financeiras (5)	-	-	-	-	(1.309)	(675)	-	-	(675)	-
Sobrecontratação de energia (4)	3.035	-	-	-	(2.231)	572	-	-	572	-
Exposição de submercados	-	-	-	-	(1.412)	(526)	-	-	(526)	-
Devoluções Tarifárias (3)	16.507	14.404	(162.400)	706	-	7.239	7.998	7.998	11.061	4.236
Neutralidade da Parcela A (4)	-	-	-	-	1.217	777	-	-	777	-
Outros itens financeiros (6)	-	-	-	-	122.338	40.542	-	-	40.542	-
Total Passivo	52.452	14.404	(88.342)	706	44.308	23.528	-	15.530	19.292	4.236
Saldo Líquido	183.796	(180.537)	57.132	18.563	78.954	(15.530)	-	94.884	27.379	76.575

Valores tarifários não gerenciáveis a parcerias da Parcela A - CVA: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de Janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços anclares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligados Nacionais - SIN; (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurados as diferenças mensais entre os valores tarifários e os valores inscridos na tarifa, em conta as variações ocorridas no mercado de energia elétrica utilizada na definição dos preços regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo; (4) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os arts. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004; (5) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MP nº 25/2002, verifica-se o Saldo da CVA em processo de constituição de tarifa e em conta as variações ocorridas no mercado de energia elétrica utilizada na definição dos preços regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de demanda e de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia; (6) **Bandeiras tarifárias CCBRT** - a partir de Janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionista da bandeira tarifária é simulado mensalmente pela ANEEL, por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à distribuidora. Os valores relativos ao CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. Os Valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias em 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$28.608 (R\$11.088 em 2021); (7) **Outros itens financeiros:** inclui itens financeiros de característica não recorrentes e específicos tais como, diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC, entre outros conforme segue:

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu - em fevereiro e setembro de 2022 a Companhia recebeu um montante de R\$29.082 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. **Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE** - a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasse da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira será dada mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros. A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA ESCASSEZ HÍDRICA no valor máximo de R\$44.397, dos quais R\$7.899 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.188 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e o restante de R\$20.310 destinados a diferimentos de que trata o § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022. **Créditos de PIS e Cofins:** no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente às ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 36/2021, que trata de recursos excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da Companhia, ANEEL reconheceu o montante de R\$87.082 (R\$29.180 em 2021), sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês, tendo compensado até dezembro de 2022 o valor de R\$5.923 (R\$29.180 em 2021). **Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE:** Nos termos do inciso II do art. 4º da Lei nº 14.182, de 12 de dezembro de 2021, o CDE fixa os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 29 de julho de 2022, foi de R\$56.404, conforme Despacho 1.959/2022.

Dispo- nidade - receita / (despe- sa)	Compar- tilha- men- to	Serv. Contrat- tos (Despe- sa)	Debitú- tos Desp. finan- cial- FIDC - re- tes	Saldo a pagar (receber)	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar - Disponi- biliza- ção de sistema	
							Despe- sa
Energisa S/A (1) =							
EMS (5)	7.021	(867)	-	-	(164)	471	
ESOLC (6)	-	-	(29.111)	-	(9.356)	-	
EPB (7)	-	-	(4.151)	-	(666)	-	
MULTIENERGISA (8)	-	-	(4.098)	-	(666)	-	
ESE (9)	30	-	-	-	9	-	
ECOM (10)	-	(123)	-	-	(27)	-	
EBO (11)	-	-	-	-	(921)	-	
ETO (12)	-	234	-	-	49	-	
EMT (13)	-	(6)	-	-	43	-	
EAC (14)	-	(3)	-	-	(10)	-	
EMR (15)	-	(3.194)	-	-	(565)	-	
EGO (16)	(199)	4	-	-	1	-	
EPA (17)	(199)	5	-	-	1	-	
EAM (18)	(126)	3	-	-	-	-	
EAP (19)	-	-	-	-	-	-	
ETT (20)	-	-	-	-	-	-	
EPTE (21)	(11)	-	-	-	-	-	
LMTE (22)	(333)	-	-	-	(17)	-	
LTXE (23)	-	-	-	-	(20)	-	
LTTE (24)	(132)	-	-	-	-	-	
ESAEROS (25)	-	(255)	-	-	-	-	
ALSOL (26)	-	-	-	-	(5.598)	434	
Total	2022	5.596	(11.261)	(69.175)	21.960	(131.377)	(17.208)
Total	2021	6.605	(11.612)	(61.023)	30.375	3.535	(226.944)

Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizada pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL em firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contratação de TI (Serviços de Segurança Cibernética e Compliance); (ii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iii) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (iv) Licenciamento e Manutenção de Sistemas ERP; (v) Serviço de Implantação de Sistemas e (vi) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL, para fins tarifários; (7) **Refer-se a custos de CUSD** - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. (8) **Refer-se a serviços de manutenção de linhas, substâncias, engenharia e de projetos.** Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026. (9) **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço referenciados ao Sistema SCA. A operação foi contratada refletindo as condições de pagamento aprovadas pela ANEEL, com vencimento em 31 de maio de 2022 com prazo de vigência de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$62.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de



16. INTANGÍVEL

	2022	2021
Intangível - contrato de concessão	910.765	853.198
Intangível - direito de uso	882	1.644
Intangível - software	21.454	13.763
Total	933.101	868.605

16.1. Intangível - Contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Transfere- rências ⁽¹⁾	Amortiza- ção ⁽²⁾	2022
Intangível em Serviço					
Custo	4,39%	2.103.399	147.964	(19.200)	- 2.232.163
Amortização Acumulada		(1.009.343)	(41)	17.352	(85.788)
Subtotal		1.094.056	147.923	(1.848)	(85.788)
1.154.343					
Obrigações vinculadas à concessão					
Custo	3,87%	444.874	19.971	-	- 464.845
Amortização Acumulada		(204.016)	(41)	(17.210)	(221.267)
Subtotal		240.858	19.930	(17.210)	243.578
Total		853.198	127.993	(1.848)	(68.578)
910.765					

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Transfere- rências ⁽¹⁾	Amortiza- ção ⁽²⁾	2021
Intangível em Serviço					
Custo	4,42%	2.014.826	105.081	(16.508)	- 2.103.399
Amortização Acumulada		(940.882)	(11.317)	13.817	(80.856)
Subtotal		1.073.939	103.764	(2.691)	(80.856)
1.094.056					
Obrigações vinculadas à concessão					
Custo	3,93%	429.214	15.660	-	- 444.874
Amortização Acumulada		(187.272)	-	(16.589)	(204.016)
Subtotal		241.942	15.660	(32.189)	243.578
Total		832.082	88.104	(2.691)	853.198

(1) Do montante de R\$127.993 (R\$88.104 em 2021, R\$127.993 (R\$87.710 em 2021) foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão e R\$394 em 2021 refere-se às reclassificações para o imobilizado. (2) O montante de R\$1.848 (R\$2.691 em 2021) refere-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado na rubrica de outras receitas (despesa operacional). (3) A Companhia reconhece no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.323 (R\$4.201 em 2021). A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,39% (4,42% em 2021). **Obrigações vinculadas à concessão:** O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas à concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2022	2021
Contribuição do consumidor ⁽¹⁾	274.382	244.630
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	199.500	199.500
Reserva para reversão	5.383	5.956
Recetas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente (-) Amortização acumulada	(221.267)	(204.016)
Total	299.331	287.403

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos. (2) Recetas de Ultrapassagem de Demanda: a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA - devoluções tarifárias conforme determinação da Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016. **16.2. Intangível - direito de uso:** Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Amortização	2022
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	14,33%	5.317	-	- 5.317
Amortização Acumulada		(3.673)	(762)	(4.435)
Total		1.644	(762)	882

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Adição	Transfere- rências	Amortiza- ção	2021
Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	19,45%	5.685	1.081	54	(1.503)	- 5.317
Amortização Acumulada		(2.585)	-	(54)	(1.034)	(3.673)
Total		3.100	1.081	-	(1.503)	1.644

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização (%)	2021	Adição	Transfere- rências	Amortiza- ção	2022
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	32.959	-	6.147	-	- 39.106
Amortização Acumulada		(24.707)	-	(3.382)	-	(18.706)
Em curso		5.511	11.073	(6.147)	-	10.437
Total		13.763	11.073	-	(3.382)	21.454

	Taxa Média de Amortização (%)	2020	Adição	Transfere- rências	Amortiza- ção	2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	28.307	-	4.652	-	- 32.959
Amortização Acumulada		(22.403)	-	-	(2.304)	(24.707)
Em curso		3.580	6.583	(4.652)	-	5.511
Total		9.484	6.583	-	(2.304)	13.763

17. FORNECEDORES

	2022	2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽¹⁾	7.287	23.619
Compra de energia elétrica ⁽²⁾	164.257	151.823
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽³⁾	26.206	18.706
Encargos de serviços do sistema ⁽⁴⁾	203	62.113
Encargos do uso da rede elétrica ⁽⁵⁾	6.354	6.394
Encargos de conexão ⁽⁶⁾	706	2.634
Materiais, serviços e outros ⁽⁷⁾	40.070	26.389
Total	245.083	291.678
Circulante	237.776	285.007
Não circulante	7.307	6.671

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada da seguinte:

	2021	Paga- mento de Juros	Paga- mento cambial e Provisões	Encargos atualiza- ção mo- netária e Custos	Marca- ção Mer- cado	2022
Mensuradas ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
BNDES	8.204	10.767	(3.975)	(581)	1.371	- 15.786
IPCA	138.636	-	(8.605)	(17.121)	15.552	- 138.462
CDI	113.135	150.000	(8.999)	(1.060)	26.212	- 279.288
(-) Custo com captação	(997)	-	-	-	412	(1.154)
Total do custo amortizado	258.978	160.767	(21.579)	(8.762)	43.547	(1.154)
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	244.535	82.407	(117.957)	(5.016)	(10.372)	- 193.597
Euro	323.453	-	(125.563)	(1.955)	(47.106)	- 148.829
(-) Custo com captação	(52)	-	-	-	52	-
Marcação a mercado	200	-	-	-	-	(7.066)
Total ao valor justo	568.136	82.407	(243.520)	(6.971)	(57.426)	(7.066)
Total	827.114	243.174	(265.099)	(15.733)	(13.879)	(1.154)
7.066						
Circulante	283.793	-	-	-	-	200.864
Não circulante	543.321	-	-	-	-	566.493

	2020	Paga- mento de Juros	Paga- mento cambial e Provisões	Encargos atualiza- ção mo- netária e Custos	Marca- ção Mer- cado	2021
Mensuradas ao custo amortizado						
Moeda Nacional						
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-
INPC	-	8.089	(678)	(320)	1.113	- 8.204
IPCA	-	128.732	-	(4.369)	14.273	- 138.636
CDI	-	40.672	110.000	(40.000)	(1.173)	- 113.135
(-) Custo com captação	-	-	-	-	116	(997)
Total do custo	40.672	246.821	(40.678)	(5.862)	19.138	(1.113)
Mensuradas ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	237.781	140.000	(137.355)	(4.178)	8.287	- 244.535
Euro	326.369	-	(3.107)	191	-	- 323.453
(-) Custo com captação	(157)	-	-	-	105	-
Marcação a mercado	4.042	-	-	-	-	(3.842)
Total ao valor justo	568.035	140.000	(137.355)	(7.285)	8.583	(3.842)
Total	608.707	386.821	(178.033)	(13.147)	27.721	(1.113)
3.842						
Circulante	179.511	-	-	-	-	283.793
Não circulante	429.189	-	-	-	-	543.321

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total	Encargos Financeiros	Venci- mento	Amortiza- ção do principal	(Taxa efetiva de Juros)	Garan- tia ⁽¹⁾
Total	2022	2021				
BNDES - 20.2.0497-1 ⁽¹⁾	138.462	138.636	IPCA + 2,10% a.a. + 3,00%	dez-30	Mensal a partir de abr/22	10,88% A + R
Energisaprev Migração ⁽²⁾	12.954	7.731	INPC + 0,91% a.a. + 3,00%	30 nov-30	Mensal a partir de jan/21	10,84% A
Energisaprev Deficit de 2017 ⁽³⁾	32	73	INPC + 4,75% a.a.	ago-33	Mensal a partir de jan/21	11,38% A
2018-2019 ⁽⁴⁾	181	400	CDI + 1,50% a.a.	ago-29	Mensal a partir de jan/21	10,68% A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE ⁽⁵⁾	-	9.255	a.a.	22 Final	Final	13,39% A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE ⁽⁶⁾	11.178	9.801	CDI + 1,50% a.a.	ago-23	Final	13,89% A
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE ⁽⁷⁾	107.299	94.079	INPC + 4,75% a.a.	ago-24	Final	13,89% A
ENERGISA PREV-Deficit 2020 ⁽⁸⁾	2.240	-	INPC + 5,17% a.a.	fev-36	Mensal a partir de abr/22	10,68% A
ENERGISA PREV-Deficit 2020 ⁽⁹⁾	379	-	CDI + 1,55% a.a.	fev-38	Mensal a partir de abr/22	11,10% A
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL ⁽¹⁰⁾	160.811	-	CDI + 1,55% a.a.	ago-25	Final	13,94% A
(-) Custo de captação	(1.739)	(997)	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	431.797	258.978				
Total em Moeda Estrangeira	335.560	568.136				
Loan Citi - 4131 ⁽¹¹⁾	-	19.143	LIBOR + 1,70% a.a.	jun-22	Annual a partir de jun/21	-2,40% A
Loan Citi EDC - 4131 ⁽¹²⁾	-	19.147	LIBOR + 1,80% a.a.	jun-22	Annual a partir de jun/21	-2,30% A
Merrill Lynch Loan ⁽¹³⁾	-	154.544	0,87% a.a. + USD + 2,20% a.a.	ago-22	Final	-11,02% A
Scotiabank Loan ⁽¹⁴⁾	-	68.646	a.a.	ago-22	Final	-4,30% A
Merrill Lynch Loan ⁽¹⁵⁾	148.829	168.909	0,73% a.a. + USD + 1,98% a.a.	ago-23	Final	-11,16% A
Scotiabank Loan - 14122021 ⁽¹⁶⁾	128.637	137.599	USD + 5,25% a.a.	ago-24	Final	-4,52% A
Citibank Loan Trade 61545 ⁽¹⁷⁾	64.960	-	a.a.	ago-25	Final	-1,25% A
(-) Custo com captação	-	(52)	-	-	-	-
Marcação à Mercado de Dívida ⁽¹⁸⁾	-	(6.866)	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	335.560	568.136				
Total	767.357	827.114				

(1) A = Aval Energia S/A, R= Receiváveis. (2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). (3) Em 31 de dezembro de 2022 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos). (4) Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energia S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual
* EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios	Para os financiamentos BNDES, Nota Promissória e Nota Comercial o limite é 4,25x até o vencimento até o vencimento	

(*) Para os financiamentos do BNDES, Scotiabank e Nota Promissória 3ª Emissão, o limite é de 4,25x até o vencimento O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas. (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do "hedge" cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº32 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. (6) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energia de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2020, 2021 e 2022. (7) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, ocorrendo em uma reclassificação na patratória entre as rubricas benefício pós-emprego e empréstimos, financiamentos e encargos de dívida. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência. A Companhia tem como prática o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:



está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados cotas os recursos do programa. A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

	2022	2021
Folha de pagamento	298	669
Participações empregados	6.878	7.269
Outros Benefícios e empregados	122	1.133
Indústria seguradora	1.254	993
Retenção de caução contratual empreiteiras	424	4.448
Adiantamentos de consumidores	7.299	6.684
Bônus de redução voluntária de consumo (1)	313	32.072
Incorporação de redes	169	1.466
Taxas - Faturamento	1.553	1.563
Convênios de arrecadação	212	268
Outras contas a pagar	3.321	12.553
Total	21.853	69.117
Circulante	21.243	63.498
Non circulante	610	5.619

(1) Vide nota explicativa nº 8.3 - Programa de Incentivo à Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 2021) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2021) todas nominativas sem valor nominal. **25.2. Reserva de capital:** Refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$1.362 (R\$1.020 em 2021) (vide nota explicativa nº 12). **25.3. Reserva de lucros - Reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com a o artigo 193 da Lei 6.404/76. **25.4. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício (*)	130.543	165.623
Absorção de prejuízos com realocação de reservas	(15.888)	-
Reserva legal (5%)	(5.733)	(8.281)
Lucro líquido ajustado	108.922	157.342
Dividendos obrigatórios (25%)	27.230	39.336
- Valores pagos em 31 de maio de 2022 - R\$603,042710685 (Valores pagos em 26 de maio de 2021 - R\$482,627538306) por ação ordinária (1)	58.563	46.869
- Valores pagos em 23 de agosto de 2022 - R\$58,435525476 (Valores pagos em 26 de agosto de 2021 - R\$209,575620515) por ação ordinária (1)	5,675	20.352
- Valores pagos em 25 de novembro de 2022 - R\$325,340000000 (Valores pagos em 21 de dezembro de 2021 - R\$436,07167940110) por ação ordinária (1)	31.594	42.348
- Dividendos a pagar - correspondem a R\$73,14069991 por ação ordinária	-	-
- Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$134,805192664 (R\$491,932720776 em 2021) por ação ordinária (1)	13.090	47.773
Total dos dividendos	108.922	157.342
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 12 de maio, 11 de agosto e 10 de novembro de 2022, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, respectivamente. (2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas de IFRS. O lucro líquido do exercício em 2021 foi representado conforme nota explicativa 3.3. **25.5. Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	(18.170)	(43.050)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	7.194	37.697
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(2.710)	(12.817)
Saldo final - 2022 e 2021	(13.686)	(18.170)

26. RECEITA OPERACIONAL

	2022			2021 (reapresentado)		
	Fora do escopo dos auditores independentes	Nº de consumidores	Fora do escopo dos auditores independentes	Nº de consumidores	MWh	R\$
Recarga Bruta						
Residencial	735.030	1.523.349	1.184.392	715.022	1.566.006	1.217.982
Industrial	3.916	238.029	187.021	3.949	263.673	200.557
Comercial	63.832	633.578	519.349	63.134	650.342	513.160
Rural	43.628	310.142	196.290	47.612	359.382	206.263
Poder público	7.208	114.141	88.737	7.003	98.506	75.061
Iluminação pública	803	177.500	83.063	705	192.740	92.416
Serviço público	1.255	151.231	105.637	1.245	154.503	105.198
Consumo próprio	183	3.784	-	188	3.961	-
Subtotal	855.855	3.151.754	2.364.489	838.858	3.289.113	2.410.637
Suprimento de energia a concessionárias	-	568.304	55.468	-	252.921	57.909
Fornecimento não faturado líquido	-	(5.982)	(11.619)	-	(11.800)	17.272
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	333	-	339.187	289	-	314.559
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	-	-	-	(32.072)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	-	-	-	32.072
Recarga de construção de infraestrutura (1)	-	-	192.428	-	-	112.124
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	-	-	-	(306.796)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	306.796
Penalidades regulatórias	-	-	(1.939)	-	-	(1.625)
Valor Justo Ativo Financeiro Indenizável de Concessão	-	-	8.178	-	-	12.512
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	31.792	-	-	195.980
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	118.494	-	-	122.433
Outras receitas operacionais	-	-	62.366	-	-	46.820
Total - receita operacional bruta	856.188	3.714.076	3.158.844	839.147	3.530.234	3.288.621
Deduções da receita operacional	-	-	495.448	-	-	562.978
ICMS	-	-	39.709	-	-	46.094
PIS	-	-	182.898	-	-	212.316
COFINS	-	-	18	-	-	19
Deduções Bandejas Tarifárias - CCRBT (1)	-	-	-	-	-	(11.088)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	7.103	-	-	8.137
Encargos de consumidor - Procel	-	-	1.777	-	-	2.034
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	389.965	-	-	254.345
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.844	-	-	4.067
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	3.553	-	-	4.043
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	3.486	-	-	2.041
Taxa de Fiscalização ação dos Serviços de Energia Elétrica - TFSSE	-	-	1.886	-	-	1.892
Total - deduções receita operacional	-	-	1.127.687	-	-	1.086.878
Total - receita operacional líquida	856.188	3.714.076	2.031.157	839.147	3.530.234	2.201.743

(1) A recarga de construção de infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela IFRS. O custo de construção e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza dos gastos	Custo do serviço		Despesas Gerais e administrativas		2022	2021
	Com energia elétrica	De Prestação de serviços terceiros	Despesas Gerais e administrativas	Total		
Energia elétrica comprada para revenda	946.845	-	-	-	946.845	1.249.425
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	325.315	-	-	-	325.315	297.313
Pessoal e administrativos	-	69.049	18	27.001	96.068	96.650
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	470	470	470	498
Benefício pós-emprego	-	1.711	-	1.820	3.531	12.365
Materiais	-	11.831	12	7.953	19.796	16.900
Serviços de terceiros	-	36.561	323	59.170	96.054	96.643
Depreciação e amortização	-	63.172	-	7.151	70.323	65.236
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	5.544	-	-	5.544	(284)
Provisão para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórios	-	-	-	6.509	6.509	(4.265)
Custo de construção	-	192.428	-	-	192.428	112.124
Outros	-	5.955	-	6.391	12.346	12.203
Total	1.272.160	193.823	192.781	116.465	1.775.229	1.954.808

Energia Elétrica comprada para revenda	MWh (1)		Valores em R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia de Itaipu - Binacional	735.321	757.234	217.163	333.025
Energia de Leilão	1.540.642	1.452.680	303.740	309.294
Energia Bilateral	586.200	585.474	196.563	161.159
Energia de origem Regulatória Normativa nº530/2012	137.327	144.187	47.123	35.538
Energia de curto prazo - CCEE (1)	-	-	6.512	36.139
Cotas Garantia Física Resolução Homologatória nº 1410/2013	992.227	978.343	133.378	192.178
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	78.560	80.955	61.453	39.156
Energia de reserva - ERB	-	-	50.059	13.627
(1) Parcela a vencer créditos PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(98.773)	(128.045)
Total	4.070.277	4.005.385	946.845	1.249.425

(1) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão.

efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços do Sistema-ESS. (1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

28. OUTROS RESULTADOS

	2022	2021
Outras receitas	-	-
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	2.142	5.316
Resultado com cessão de créditos de FIDC (1)	-	2.298
Outras	567	1.171
Total	2.709	8.731

Outras despesas
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos (2.258)
Outras (6.155) (4.628)
Total (6.155) (6.886)
(1) Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento: Em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem cobrança e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a custo amortizado se FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consórcio independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi o de fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a precificação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Recargas financeiras		
Recarga de aplicações financeiras	27.092	7.427
Juros ativos	2.129	2.129
Variação monetária e aritmético moratório de energia vendida	26.385	29.173
Juros de energia vendida - CCEE	245	241
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	19.269	4.117
Juros Selic s/impostos a recuperar	7.471	4.144
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.719	4.649
Recuperação de crédito CDE/CCEE	919	23
(1) Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(6.002)	(6.808)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	33.390	85.943
Outras	8.350	7.665
Total receitas financeiras	123.071	139.599
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - Juros	(77.884)	(36.678)
(-) Transferência para ordens em curso	2.859	819
Encargos de dívidas, juros - Variação Cambial	36.798	(38.216)
Marcação a mercado da dívida	13.529	26.478
Juros e Multas	(1.799)	(11.617)
Ajuste a valor presente	448	448
Instrumentos financeiros derivativos	(106.310)	(14.659)
Despesas Bancárias/IOF	(2.585)	(4.663)
Recuperação de crédito CDE/CCEE	(31.889)	(66.123)
Marcação a mercado de derivativos	(13.371)	(31.505)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(706)	(570)
Atualização monetária de provisão para riscos	2.248	(1.997)
Variações Monetárias	(7.791)	(6.599)
Atualização sobre os Efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(31.889)	(66.123)
Despesa Financeira plano de saúde - Atuarial	(3.291)	(3.818)
Outras	2.612	3.994
Total despesas financeiras	(187.921)	(177.482)
Despesas financeiras líquidas	(64.850)	(37.883)

30. LUCRO POR AÇÃO

	2022 (reapresentado)	2021
Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):		
Lucro líquido do exercício	130.543	142.461
Medida ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R\$ (1)	1.345,80	1.468,67

(1) A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. COBERTURA DE SEGUROS

	2022	2021
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2023	25.000
Riscos Operacionais	22/12/2023	90.000
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2023	90.000
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2023	Até R\$1.110 / veículo
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2024	62.055
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000
Transporte Nacional	04/04/2023	viagem
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2024	1.060/drone
Total	1.507	1.207

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R\$8.178 (R\$12.512 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 07.282.377/0001-20

b) Variação das taxas de Juros: Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)		Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(257.195)		(257.195)	(257.195)	(257.195)	(257.195)	(257.195)	(257.195)
Variação Dívida Swap de Juros		Alta CDI						
Posição Ativa Instrumentos Financeiros	298.180		298.180	298.180	298.180	298.180	298.180	298.180
Derivativos - Pré Variação - Taxa de Juros								
Posição Passiva Instrumentos Financeiros	(270.131)		(270.131)	(269.582)	(270.131)	(270.131)	(270.131)	(270.131)
Derivativos - CDI + TJLP				(19.451)				(38.647)
Subtotal	28.049		28.049	8.598	28.049	8.598	28.049	10.598
Total Líquido	(229.146)		(229.146)	(248.597)	(248.597)	(248.597)	(248.597)	(267.793)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)		Cenário II (Deterioração de 25%)		Cenário III (Deterioração de 50%)	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021
Instrumentos financeiros ativos:								
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	229.117	Alta do CDI	28.067	35.084	28.067	35.084	28.067	35.084
Instrumentos financeiros passivos:								
Swap	(333.447)	Alta do CDI	(40.847)	(51.059)	(40.847)	(51.059)	(40.847)	(51.059)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(468.778)	Alta do CDI	(57.425)	(71.781)	(57.425)	(71.781)	(57.425)	(71.781)
	(440.795)	Alta do IPCA	(25.478)	(31.848)	(25.478)	(31.848)	(25.478)	(31.848)
	(15.786)	Alta do INPC	(936)	(1.170)	(936)	(1.170)	(936)	(1.170)
	(124.686)		(155.858)	(187.030)	(155.858)	(187.030)	(155.858)	(187.030)
Total (Passivo)	(1.029.689)		(966.619)	(1.207.774)	(966.619)	(1.207.774)	(966.619)	(1.207.774)

Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (112,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78 % ao ano, INPC 5,93% ao ano. Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$12,13.

Gerenciamento de risco de liquidez: O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os salários registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

Nota explicativa	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Contrato Migração 2020 - Plano CD	18	12.954	7.731	18
Contrato de equacionamento do déficit - Planos BD-I e R	18 e 33.1	2.832	473	33.1
Provisão atuarial - Previdência	33.2	-	6.240	33.2
Provisão atuarial - Saúde		28.548	32.747	
Total		44.334	47.191	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	15.786	8.204	18
Benefício pós-emprego	33	28.548	38.987	33

33.1. Plano suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora de 5 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, dois planos de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisprev - Fundação Brasileira de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisprev são: a) **Plano de Benefícios Elétricos BD-I:** Instituído em 01 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi fechada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pensão por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistentes e pelas Patrocinadoras. b) **Plano de Benefícios R:** Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios: - Suplementação da aposentadoria por invalidez; - Suplementação da pensão por morte; e - Pensão por morte. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Para efeitos de Destaque Avalia e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a criação de compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora. c) **Plano de Benefícios Elétricos OP:** Instituído em 01 de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante. A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido. O custo do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%). d) **Energisa Suldeste:** É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019. e) **Plano Energisa CD:** O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de risco totalmente terceirizados com seguio de plano de contribuição PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Participantes e beneficiários	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Ativos	884	765		
Autopatrocinados	3	3		
BPD	12	8		
Assistidos	222	115		
Total	1.121	889		

Migração entre planos: Em 2022, 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos Elétricos BD/Elétricos OP/Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulamento PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração ocorreu em quatro tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021 e julho/2022. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1º Tranche		2º Tranche		3º Tranche		4º Tranche		ACUMULADO
	Ativo Assistido								
Elétricos BD	100%	15%	0%	3%	0%	3%	0%	33%	100%
Elétricos OP	0%	62%	0%	3%	0%	14%	0%	14%	0%
Elétricos OP + R	68%	0%	18%	0%	8%	0%	2%	0%	96%
Plano R	0%	42%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	50%

33.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial: Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios do CPC 33 (R1) - Benefício pós-emprego, apresentam a seguinte situação: a. **Número de participantes/beneficiários:**

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Número ativos	-	-	21	-	(*)	39
Número aposentados	70	13	2	135	20	2
Número beneficiários pensionistas	52	3	5	87	4	6
Total	122	16	28	222	24	47

(*) No plano Elétricos OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. **Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:**

I - Premissas Biométricas	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015	BR-EMS 2015 por 2015
Tábua de Mortalidade Geral	sexo	sexo	sexo	sexo	sexo	sexo
	SGHT	Não	SGHT	Não	SGHT	Não
Tábua de Entrada em Invalidez	(Fracal)	Aplicável (Fracal)	(Fracal)	Aplicável (Fracal)	(Fracal)	Aplicável (Fracal)
Tábua de Mortalidade de Invalíd	MI-85 por sexo	Aplicável	MI-85 por sexo	Aplicável	MI-85 por sexo	Aplicável
	Família	Média	Família	Média	Família	Média
	Média	Não	Média	Não	Média	Não
Composição Familiar (Ativos)	Padrão	Aplicável	Padrão	Aplicável	Padrão	Aplicável

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 16 de março de 2023.							
José Adriano Mendes Silva Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Vicente Córtes de Carvalho Contador - CRC MG 042523/O-7/5°-SP

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 16 de março de 2023.							
José Adriano Mendes Silva Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial	Fernando Cezar Maia Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Vicente Córtes de Carvalho Contador - CRC MG 042523/O-7/5°-SP

Diretoria Executiva		Diretoria de Assuntos Regulatórios e Estratégia		Diretoria de Suprimentos e Logística		Diretoria de Gestão de Pessoas	
Nome	Função	Nome	Função	Nome	Função	Nome	Função
José Adriano Mendes Silva	Diretor Presidente	Rodrigo Brandão Fraiha	Diretor Técnico e Comercial	Fernando Cezar Maia	Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	José Marcos Chaves de Melo	Diretor de Suprimentos e Logística
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Daniele Araújo Salomão Castelo	Diretora de Gestão de Pessoas	Gioreli de Sousa Filho	Diretor sem Designação Específica	Vicente Córtes de Carvalho	Contador - CRC MG 042523/O-7/5°-SP

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho Presidente	Ricardo Perez Botelho Vice-Presidente	Marcelo Silveira da Rocha Conselheiro	Vicente Córtes de Carvalho CRC-MG 042523/O-7/5°-SP
--	---	---	--

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.

	2022			2021		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Família Real						
Família Real						
Família Real						

III - Variáveis Econômicas

Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial

Expectativa Real de Inflação Futura

Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos

Fator Capacidade Salarial e de Benefícios

Taxa de Crescimento Real de Salários

Taxa de Rotatividade

Crédito Unitário

Crédito Unitário

Crédito Unitário

Crédito Unitário

Crédito Unitário

Crédito Unitário

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características compatíveis com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remunerações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. c. **Conciliação da posição dos fundos de benefícios definido:** A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2022			2021		
	BD-I	OP	R TOTAL	BD-I	OP	R TOTAL
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	36.901	22.890	2.774	62.543	34.303	28.675
Ganhos/(Perdas) dos ativos	491	(3.580)	1.164	(1.925)	(2.126)	(5.734)
Retorno esperado dos ativos do plano	3.547	2.210	265	6.022	2.689	1.754
Contribuições do empregador	62	-	81	143	62	-
Contribuições dos participantes do plano	178	-	2	180	220	-
Benefícios pagos	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)	(3.568)	(1.674)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(19.160)	(11.480)	(1.209)	(31.849)	(4.679)	(131)
Total	19.506	8.740	2.774	31.020	36.901	22.890

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação

Valor presente das obrigações em 2020 e 2019

Custo do serviço corrente

Custo dos juros

Contribuições de participantes

Ganhos/Perdas atuariais

Benefícios pagos

Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)

Valor presente das obrigações em 2021 e 2020

Movimentação dos Saldos	2022			2021		
	BD-I	OP	R TOTAL	BD-I	OP	R TOTAL
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	41.341	24.102	3.813	69.256	58.381	28.355
Depósitos em ORF	-	-	7	-	-	35
Juros sobre todo o ativo	3.993	2.331	371	6.695	3.563	1.733
Contribuições de participantes	178	-	2	180	220	-
Ganhos/Perdas atuariais	(1.824)	(2.630)	(1.043)	(3.413)	(3.099)	(4.945)
Benefícios pagos	(2.513)	(1.300)	(281)	(4.094)	(3.568)	(1.674)
Custo do serviço passado (encurtamento/curtailment)	(21.420)	(14.201)	(1.372)	(36.993)	(4.156)	(633)
Total	19.575	8.294	3.589	31.638	41.341	24.102

Posição líquida dos planos

Valor justo dos ativos

Valor presente das obrigações

Posição líquida

Linha de Ativo

Deficit/Supervitável passível de reconhecimento

Valor líquido reconhecido no balanço:

Posição líquida em 2021 e 2020	2022			2021		
	BD-I	OP	R TOTAL	BD-I	OP	R TOTAL
Valor justo dos ativos	19.506	8.740	2.774	31.020	36.901	22.890
Valor presente das obrigações	(19.755)					



ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 07.282.377/0001-20

cos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Auditoria dos valores correspondentes:* Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram retificados em relação às demonstrações financeiras originalmente divulgadas daquele exercício as quais foram auditadas por outro auditor independente. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 3.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 16 de março de 2023, sem modificação de opinião, incluindo parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Adminis-

tração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga-

ções feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ
Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Deloitte.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>